

## **Maratona Fiscal ISS**

### **Direito tributário**

#### **1. São tributos de competência municipal:**

- (A) imposto sobre a transmissão *causa mortis* de bens imóveis, imposto sobre a prestação de serviço de comunicação e imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (B) imposto sobre a transmissão *causa mortis* de bens imóveis, imposto sobre a transmissão onerosa, *inter vivos*, de bens imóveis e imposto sobre a propriedade predial urbana.
- (C) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre a transmissão onerosa, *inter vivos*, de bens imóveis e imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (D) imposto sobre a propriedade territorial urbana, imposto sobre a transmissão onerosa, *inter vivos*, de bens imóveis e imposto sobre a prestação de serviço de comunicação.
- (E) imposto sobre a propriedade territorial urbana, imposto sobre serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar e não-compreendidos na tributação do ICMS, e imposto sobre a transmissão onerosa, *inter vivos*, de bens imóveis.

#### **2. Relativamente à competência tributária e às funções de arrecadação e fiscalização, é correto afirmar que**

- (A) ambas sempre são delegáveis, dependendo de lei complementar federal.
- (B) a competência é delegável de uma pessoa jurídica de direito público para outra, mas a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização é indelegável.
- (C) a competência é indelegável de uma pessoa jurídica de direito público para outra, mas a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização é delegável.
- (D) tanto a competência como a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização são indelegáveis de uma pessoa jurídica de direito público para outra.
- (E) tanto a competência como a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização são delegáveis de uma pessoa jurídica de direito público para outra.

#### **3. O imposto “A” foi instituído por lei publicada no dia 05 de julho de 2004 e a taxa “B” foi instituída por lei publicada no dia 16 de novembro de 2004. Esses tributos já poderiam ser cobrados**

- (A) desde a data de suas respectivas publicações.
- (B) em 02 de janeiro de 2005 e 02 de janeiro de 2005, respectivamente.
- (C) em 05 de outubro de 2004 e 15 de fevereiro de 2005, respectivamente.
- (D) em 02 de janeiro de 2005 e 15 de fevereiro de 2005, respectivamente.
- (E) em 05 de outubro de 2004 e 02 de janeiro de 2005, respectivamente.

#### **4. A Constituição Federal estabelece que é vedado à União, aos Estados e aos Municípios instituir**

- (A) tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
- (B) impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.

(C) tributos sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a produção, uns dos outros.

(D) impostos sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a produção, uns dos outros.

(E) impostos e taxas sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a produção, uns dos outros.

**5. Para que uma prestação pecuniária compulsória possa ser conceituada como tributo, é preciso que, além de ser cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tenha como objeto**

(A) moeda corrente ou valor que nela possa ser expresso, constitua ou não sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.

(B) unicamente moeda corrente, não constitua sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.

(C) moeda corrente ou valor que nela possa ser expresso, não constitua sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.

(D) unicamente moeda corrente, constitua ou não sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.

(E) moeda corrente ou valor que nela possa ser expresso, não constitua sanção de ato ilícito e esteja instituída na legislação tributária.

**6. A aplicação da lei a ato ou fato pretérito**

(A) não ocorrerá em hipótese alguma.

(B) ocorrerá sempre que houver previsão para sua retroatividade, em lei ordinária, e forem observados os princípios da anterioridade e da “noventena”.

(C) ocorrerá sempre que houver previsão para sua retroatividade, em lei complementar, e forem observados os princípios da anterioridade e da “noventena”.

(D) ocorrerá, em qualquer caso, quando deixar de definir o ato como infração.

(E) ocorrerá, tratando-se de ato não-definitivamente julgado, quando deixar de defini-lo como infração.

**7. O art. 107 do CTN determina que a legislação tributária seja interpretada em conformidade com o disposto no Capítulo IV do Título I do Livro Segundo. Por sua vez, o art. 108 desse mesmo código estabelece que, na ausência de legislação tributária expressa, a integração da legislação tributária se fará com observância de uma determinada ordem, a saber:**

(A) I – a analogia; II – os princípios gerais de direito tributário; III – os princípios gerais de direito público e IV – a equidade.

(B) I – a analogia; II – os princípios gerais de direito público; III – os princípios gerais de direito tributário e IV – a equidade.

(C) I – a analogia; II – a equidade; III – os princípios gerais de direito tributário e IV – os princípios gerais de direito público.

(D) I – a equidade; II – os princípios gerais de direito público; III – os princípios gerais de direito tributário e IV – a analogia.

(E) I – a equidade; II – os princípios gerais de direito tributário; III – os princípios gerais de direito público e IV – a analogia.

**8. De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal**

- (A) surge com a ocorrência do fato gerador, previsto em lei ou em decreto regulamentador.
- (B) surge com a ocorrência do fato gerador, previsto na legislação tributária.
- (C) tem por objeto o pagamento de tributo, de penalidade pecuniária e de demais acréscimos previstos em lei ou em decreto.
- (D) tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária.
- (E) tem por objeto o pagamento de tributo, mas não o de penalidade pecuniária.

**9. É INCORRETO afirmar que a obrigação tributária acessória**

- (A) decorre da legislação tributária.
- (B) converte-se em obrigação principal, relativamente ao tributo devido, ao deixar de ser observada.
- (C) tem por objeto prestações positivas ou negativas nela previstas.
- (D) é instituída no interesse da fiscalização.
- (E) é instituída no interesse da arrecadação.

**10. A pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária é o sujeito**

- (A) passivo de obrigação tributária principal ou acessória.
- (B) ativo de obrigação tributária principal ou acessória.
- (C) passivo de obrigação tributária principal.
- (D) ativo de obrigação tributária principal.
- (E) passivo de obrigação tributária acessória.

**Direito constitucional**

**11. A Constituição Federal brasileira pode ser reformada**

- (A) por lei ordinária ou emenda constitucional, não havendo previsão de cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (B) por lei ordinária ou emenda constitucional, desde que preservadas as cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (C) por emenda constitucional, desde que preservadas as cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (D) por emenda constitucional, não havendo previsão de cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (E) por emenda constitucional, exclusivamente para que seja prevista nova revisão constitucional.

**12. No Brasil, a declaração de inconstitucionalidade das leis e atos normativos pode ser feita**

- (A) somente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) somente pelo Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça dos Estados-membros.
- (C) somente por Tribunais, sendo seu exercício vedado aos juízes singulares.
- (D) por todos os Tribunais e juízes singulares integrantes do Poder Judiciário.
- (E) somente pelo Senado Federal, após julgamento do Tribunal competente.

**13. A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser ajuizada**

- (A) somente por membro do Ministério Público.
- (B) somente por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) por qualquer cidadão em gozo de seus direitos políticos, entre outros sujeitos legitimados.
- (D) por prefeito municipal, entre outros sujeitos legitimados.
- (E) por governador de Estado ou do Distrito Federal, entre outros legitimados.

**14. A inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição do Estado-membro pode ser declarada**

- (A) por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) por meio de ação de descumprimento de preceito fundamental.
- (C) por meio de ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) somente mediante provocação da parte diretamente lesada.
- (E) somente mediante o controle difuso de constitucionalidade.

**15. A separação de poderes é um critério funcional de limitação de poder**

- (A) incompatível com o Estado Democrático de Direito.
- (B) compatível com os Estados organizados como federações.
- (C) incompatível com os Estados regidos por constituições rígidas.
- (D) compatível com as monarquias absolutistas.
- (E) incompatível com os Estados unitários descentralizados.

**16. É vedado aos Municípios instituir imposto territorial e predial urbano sobre**

- (A) templos de qualquer culto, mesmo que o imóvel não seja destinado às finalidades da entidade religiosa a que pertence.
- (B) imóveis de propriedade da União Federal, dos Estados-membros e de Municípios, ainda que os bens se prestem ao exercício de atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- (C) imóveis de propriedade de partidos políticos, mesmo que o imóvel não seja destinado às suas finalidades essenciais.
- (D) imóveis de propriedade das instituições de educação e de assistência social, ainda que estas tenham fins lucrativos.
- (E) o patrimônio de autarquias, quando vinculado a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, salvo se relacionado ao exercício de atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

**17. Segundo a Constituição Federal, compete aos Municípios a instituição de**

- (A) taxa em razão do serviço público de gás canalizado por eles prestado diretamente.
- (B) empréstimo compulsório para atender as despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- (C) imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (D) imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (E) imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

**18. A seguridade social compreende um conjunto de ações**

- (A) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (B) dos Poderes Públicos, mas não da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (C) da sociedade, e não dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar somente os direitos relativos à assistência social.
- (D) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e à educação.
- (E) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social, à educação e à cultura.

**19. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes**

- (A) somente das contribuições admitidas pela Constituição Federal, mas não de recursos provenientes dos orçamentos da União Federal, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.
- (B) somente dos orçamentos da União Federal e dos Estados-membros e Distrito Federal, e das contribuições admitidas pela Constituição Federal.
- (C) somente do orçamento da União Federal e das contribuições admitidas pela Constituição Federal.
- (D) dos orçamentos da União Federal, Estados-membros, Distrito Federal, e Municípios, e de contribuições admitidas pela Constituição Federal.
- (E) somente dos impostos federais, estaduais e municipais destinados, constitucionalmente, ao seu financiamento.

**20. De acordo com a Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público**

- (A) depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, seja qual for o cargo a ser preenchido.
- (B) é permitida aos estrangeiros na forma da lei.
- (C) deve observar o prazo de validade do concurso correspondente, que poderá ser de até 2 anos improrrogáveis.
- (D) é sempre vedada àquele que já exerça um cargo público em qualquer nível de governo.
- (E) é sempre vedada àquele que já exerça um cargo público no mesmo nível de governo a que pertence o novo cargo a ser preenchido.

**GABARITO**

- 1- E
- 2- C
- 3- D
- 4- B
- 5- C
- 6- E
- 7- A
- 8- D
- 9- B

10- C  
11- C  
12- D  
13- E  
14- A  
15- B  
16- E  
17- C  
18- A  
19- D  
20- B